

HABEAS CORPUS Nº 639.296 - PR (2021/0006561-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : BRUNO GUSTAVO FERREIRA DE MACEDO
ADVOGADO : BRUNO GUSTAVO FERREIRA DE MACEDO - PR075905
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : F C (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de F. C. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Consta da inicial a prisão temporária do paciente, no dia 26 de fevereiro de 2020, posteriormente convertida em prisão preventiva, em 17 de março de 2020, pela suposta prática dos crimes de estupro, homicídio qualificado (feminicídio), e ocultação de cadáver, capitulados, respectivamente, nos artigos 121, §2º, incisos III, V e VI, art. 213, *caput*, e art. 211, todos do Código Penal.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o tribunal de origem, visando a revogação da prisão preventiva, substituição por medida cautelar diversa da prisão, ou a concessão da prisão domiciliar com monitoração eletrônica.

Em suas razões, sustenta o impetrante a suficiência das medidas cautelares diversas da prisão ou da prisão domiciliar com monitoração eletrônica no caso concreto, especialmente pela existência filho menor de seis anos, que necessitaria da assistência e dos cuidados do paciente. Alega, ainda, excesso de prazo na prisão cautelar do paciente, dúvida a respeito da autoria delitiva e incongruência entre a inicial acusatória e as provas constantes dos autos.

Requer, liminarmente, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão ou a concessão da prisão domiciliar com monitoração eletrônica, e, no mérito, a concessão definitiva da ordem pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou

o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Conforme bem salientado pelo Tribunal *a quo*:

"Deste modo, verifica-se que outra medida não poderia se mostrar mais adequada que aquela *prima facie*, tomada pela Magistrada, razão pela qual não há que se falar em ausência dos pressupostos e de adequada motivação. A gravidade do delito cometido, somada ao do autor da conduta delitiva, *modus operandi* conforme entendimento já sedimentado na Jurisprudência desta Corte de Justiça, constituem fundamentos idôneos para a decretação da constrição cautelar:" (fls. 18)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente